

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.520.266 - RJ (2019/0165928-8)

**RELATORA** : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
**AGRAVANTE** : COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A  
**ADVOGADOS** : ANA PAULA DA COSTA SÁ - RJ104455  
ROBERTO TRIGUEIRO FONTES - RJ150097  
FÁBIO DE POSSÍDIO EGASHIRA - RJ160040  
ANA CAROLINA FERREIRA DE MELO BRITO - RJ209302  
**AGRAVADO** : ENGEDUTOS ENGENHARIA DE DUTOS LTDA  
**ADVOGADO** : LUCIANO CARDOSO COSTA - MG085110

### DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIRETO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DE PENHORA EM DINHEIRO POR GARANTIA BANCÁRIA INDEFERIDO PELO JUÍZO A *QUO*. ACERTO DO *DECISUM*. MANUTENÇÃO DO JULGADO. Substituição de penhora em dinheiro por garantia bancária que deve atender aos requisitos insculpidos no art. 835, § 2º, do CPC/2015 ("Para fins de substituição da penhora, equiparam-se a dinheiro a fiança bancária e o seguro garantia judicial, desde que em valor não inferior ao do débito constante da inicial, acrescido de trinta por cento") Caso concreto em que a apólice juntada aos autos pela agravante não contemplava o acréscimo de trinta por cento previsto em lei. Não bastasse isso, a agravante, em momento algum, traz provas convincentes de eventual prejuízo a si carreado com o aperfeiçoamento da penhora nos moldes em que ocorrido, o que, de igual modo, desautoriza a substituição pretendida. Precedentes jurisprudenciais. RECURSO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, esses foram rejeitados na origem.

Nas razões do especial, aponta a agravante existência de dissídio jurisprudencial, além de violação dos artigos 805, 835 e 847 do Código de Processo Civil. Afirma que a substituição da penhora dos valores bloqueados eletronicamente pelo seguro garantia ofertado, tem por escopo a preservação da atividade empresarial, bem como para se realizar a execução por meio menos gravoso.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Narram os autos que a agravante requereu a substituição da quantia bloqueada eletronicamente por seguro garantia no valor de R\$ 734.822,55 (setecentos e trinta e quatro mil, oitocentos e vinte e dois reais e cinquenta e cinco centavos), alegando a solidez da garantia e que o bem constrito se fazia necessário para a preservação da atividade empresarial. O Juízo executório não deferiu a substituição. A Câmara revisora, por seu turno, negou provimento ao agravo de instrumento da executada.

Pois bem. O Tribunal de origem assim se manifestou sobre a controvérsia (fls. 50-51, e-STJ):

No presente caso, não se observa qualquer mácula a dispositivos legais ou às provas até este momento carreadas aos autos, nem mesmo qualquer teratologia na decisão sob ataque.

Não se desconhece a equivalência legal entre o seguro garantia judicial e dinheiro em espécie, na forma do art. 835, § 2º, do CPC/2015.

Porém, consoante entendimento assente, a substituição, uma vez já procedida a constrição, em sua totalidade, somente será autorizada se, concomitantemente, for atendido o requisito do art. 835, § 2º, do CPC/2015, e for comprovado nos autos a existência de prejuízo à parte executada.

No caso dos autos, tem-se que o valor exequendo é de R\$ 734.822,55.

Ocorre que a ora agravante apresentou uma apólice apenas nesse valor (fls. 699/710 dos autos originários), e não com o acréscimo de trinta por cento mencionado na parte final do § 2º, do art. 835, do CPC/2015.

Tal fato, por si só, desautoriza a substituição pretendida. (...)

Não bastasse isso, é forçoso reconhecer que a agravante, em momento algum, traz provas convincentes de eventual prejuízo com o aperfeiçoamento da penhora nos moldes em que ocorrido.

Sem a demonstração inequívoca de tal revés, não há falar em substituição da garantia.

Desta forma, contrariar a conclusão da origem de que a modalidade ofertada para substituição da penhora não atendeu aos ditames legais, bem como que não houve demonstração dos efetivos prejuízos financeiros ao executado, ensejaria o reexame

do conjunto fático-probatório da demanda, providência vedada em sede de recurso especial, ante a Súmula 7 do STJ.

Confiram-se:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. OFENSA AO ART. 535 DO CPC/73. INEXISTÊNCIA. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA, ESPECIFICAMENTE, OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 182/STJ. PENHORA SOBRE NUMERÁRIO, VIA BACENJUD. SUBSTITUIÇÃO POR SEGURO-GARANTIA. DESCABIMENTO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO PARCIALMENTE CONHECIDO, E, NESSA PARTE, IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão monocrática, que julgara recurso interposto contra decisum publicado na vigência do CPC/73.

II. Trata-se, na origem, de Agravo de Instrumento interposto contra decisão que, em execução provisória, determinou a transferência do valor bloqueado e penhorado para a conta judicial. Alegou a parte agravante, naquela oportunidade, "desacerto da decisão por infração a preceitos legais, causando enorme prejuízo à recorrente, devendo ser aceita a substituição do bloqueio financeiro pelo seguro-garantia apresentado".

III. Interposto Agravo interno com razões que não impugnam, especificamente, os fundamentos da decisão agravada - mormente quanto à ausência de omissão, no acórdão recorrido -, não prospera o inconformismo, quanto ao ponto, em face da Súmula 182 desta Corte.

IV. Nos termos da jurisprudência desta Corte, "uma vez realizada a penhora em dinheiro, não cabe a sua substituição por seguro garantia ou fiança bancária tendo em vista, especialmente, o princípio da satisfação do credor" (STJ, AgRg no REsp 1.391.082/SE, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe de 08/10/2013). No mesmo sentido: STJ, AgInt no REsp 1.350.922/PB, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 13/12/2017; AgInt no AREsp 1.066.079/MG, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, DJe de 17/08/2017; AgRg no AREsp 841.658/SC, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, DJe de 15/03/2016.

# *Superior Tribunal de Justiça*

V. O Tribunal de origem manteve a decisão que indeferira pedido de substituição da penhora em dinheiro por seguro-garantia, argumentando que o fazia em face das circunstâncias do caso concreto e da capacidade econômica do executado, que comporta a constrição judicial sobre ativos financeiros, sem manifesto prejuízo para as atividades da empresa, a atrair a observância do princípio da menor onerosidade. A revisão desse entendimento demandaria reexame de provas, o que, efetivamente, encontra óbice na Súmula 7/STJ.

VI. Agravo interno parcialmente conhecido, e, nessa parte, improvido. (AgInt no AREsp 932.499/SP, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, DJe 26/4/2018)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PENHORA. SUBSTITUIÇÃO. SEGURO GARANTIA. EXCEPCIONALIDADE NÃO VERIFICADA. SÚMULA N. 7/STJ. VALOR DAS ASTREINTES. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. A jurisprudência desta Corte tem se orientado no sentido de admitir a substituição da penhora de dinheiro por seguro garantia apenas em hipóteses excepcionais, em que seja necessário evitar dano grave ao devedor, sem causar prejuízo ao exequente, hipótese não demonstrada no caso dos autos.

2. Inadmissível, em agravo interno, formular pedido que não consta do recurso especial.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1350922/PB, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe 13/12/2017)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora